



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## **Interpelação escrita**

### **Acompanhamento da aquisição do direito de residência através de casamento fictício**

Já há muito tempo que os casamentos fictícios prejudicam a sociedade de Macau. Segundo os dados da Polícia, no ano passado foram tratados 104 casos suspeitos de casamento fictício. Desde o início do ano até ao momento, o Governo revelou mais 104 casos envolvendo casamentos fictícios entre elementos do agregado familiar, divórcios falsos, falsas relações de filiação, e venda do corpo em troca de casamento fictício, entre outros fenómenos. Tudo isto deixou o público espantado, e prejudica gravemente as relações matrimoniais em geral e os valores éticos da família.

Face aos referidos fenómenos, o Governo concluiu, recentemente, a proposta de lei sobre o “Regime jurídico do controlo de migração e das autorizações de permanência e residência na Região Administrativa Especial de Macau”, na qual clarifica o crime de casamento fictício. A proposta, que está neste momento em discussão na especialidade, vai contribuir para aumentar os efeitos dissuasores contra o casamento fictício, no entanto, é de salientar que o recurso a tal acto tem por objectivo principal a obtenção do direito de residência em Macau, e alguns casamentos fictícios só foram detectados ao fim de vários. Nestes casos, os indivíduos envolvidos já tinham conseguido o bilhete de identidade de residente



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

permanente, e a sociedade não sabe ao certo se o mesmo pode ser cancelado ou não.

Segundo a Polícia, se os pais obtiverem a autorização de residência por meios ilícitos, o bilhete de identidade dos filhos será declarado nulo e toda a família será repatriada, mas segundo a Direcção dos Serviços de Identificação, nos últimos cinco anos, só em 4 casos é que houve cancelamento do bilhete de identidade por motivo de condenação pela prática do crime de casamento fictícios, uma diferença grande em contraste com os mais de 100 casos registados anualmente. Mais, neste ano, registou-se um caso de casamento fictício envolvendo uma mulher cuja identidade do pai da sua filha é incerta; a filha recorreu ao Tribunal de Última Instância para suspender temporariamente o cancelamento do bilhete de identidade e acabou por ganhar a acção judicial.

Assim sendo, a sociedade está atenta à revisão da lei, na parte que trata do direito de residência adquirido na sequência de casamento fictício, com vista à produção de efeitos dissuasores que impeçam as pessoas de recorrer ao casamento fictício com a intenção de obter o título de residência.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte

1. Face ao problema do direito de residência decorrente do caso de casamento fictício, as autoridades devem ter mecanismos em vigor para resolver este problema, pois



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

trata-se de um crime que tem implicações, directas e indirectas, com terceiros (filhos da pessoa em causa). Quais são os mecanismos actualmente em vigor? De que planos dispõe o Governo para combater a intenção criminosa de “contrair casamento fictício com vista à obtenção do direito de residência em Macau”?

2. De acordo com os dados estatísticos dos serviços competentes, nos últimos 5 anos, foram poucos os documentos de identificação cancelados por causa de casamentos fictícios. Quais são as dificuldades dos respectivos procedimentos de cancelamento?

3. Não é fácil cancelar os documentos de identificação dos criminosos e dos seus familiares. Então, até à conclusão da revisão da lei, os serviços competentes devem melhorar os trabalhos de fiscalização e os procedimentos de apreciação, a fim de reforçar o rigor da autorização de concessão do direito de residência. Como é que vão fazê-lo?

12 de Março de 2020

**A Deputada à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,  
Wong Kit Cheng**